

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

31 março de 2026

Com Relatório de Auditor Independente



CMAA
Energia que transforma



Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de março de 2026

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4T26 CALENDÁRIO SAFRA

Uberaba, 05 de junho de 2026.

Senhores Acionistas,

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (CMAA), um dos maiores *players* de etanol, açúcar VHP e bioeletricidade no estado de Minas Gerais, apresenta os resultados consolidados do 4T26 – calendário Safra (período entre 01/04/2025 e 31/03/2026).

Mensagem da Administração

Na safra 2025/26 o setor sucroenergético permaneceu desafiador, ainda impactado por condições climáticas adversas observadas ao longo do ciclo agrícola. Os baixos índices pluviométricos, o regime irregular de chuvas e as fortes ondas de calor observadas no ano anterior tiveram reflexo direto no desenvolvimento vegetativo da cana, resultando na queda da produtividade dos canaviais da região Centro-Sul.

Segundo dados divulgados pela ÚNICA (União da Indústria de Cana-De-Açúcar), a moagem do Centro-Sul totalizou 611,15 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, redução de 1,7% em relação à safra anterior. A produtividade agrícola (toneladas de cana por hectare) recuou 4,1%, enquanto a média de açúcar total recuperável (ATR) atingiu 137,79 kg por tonelada de cana, queda de 2,34% em comparação ao ciclo anterior.

Mesmo diante desse cenário, o setor registrou a segunda maior produção histórica de açúcar e etanol. A produção de açúcar do Centro-Sul alcançou 40,43 milhões de toneladas, enquanto a produção de etanol somou 33,72 bilhões de litros, com destaque para o crescimento de 4,22% na produção de etanol anidro, impulsionado pelo aumento da participação de etanol carburante na gasolina comercializada nos postos, com a entrada em vigor do E30 ao longo da safra.

Inserida neste contexto, a CMAA apresentou processamento de 8.267,1 mil toneladas de cana, redução de 10,9% em relação ao mesmo período da safra anterior, reflexo principalmente das condições climáticas adversas registradas nas regiões produtoras. O ATR médio atingiu 136,8 kg/ton, retração de 3,0% em relação ao ciclo anterior. A Companhia priorizou novamente a produção de açúcar ao longo da safra, com mix açúcar de 64,0%, superior aos 56,9% da safra anterior, buscando capturar melhores oportunidades comerciais e de rentabilidade. A produção de açúcar totalizou 681,2 mil toneladas, enquanto a produção total de etanol atingiu 265,8 mil m³.

Quanto ao desempenho econômico-financeiro, a CMAA registrou receita bruta consolidada de R\$ 2.569,8 milhões e EBITDA Ajustado de R\$ 1.250,3 milhões, preservando sólida geração operacional de caixa mesmo diante do cenário de menor moagem e maior volatilidade macroeconômica. O resultado líquido do período, por sua vez, foi negativo em R\$ 157,4 milhões, refletindo principalmente o menor volume processado, redução dos preços médios do açúcar, elevação das despesas financeiras e impactos da variação do valor justo dos ativos biológicos.

Momentos desafiadores como os enfrentados neste período reforçam a necessidade de revisarmos continuamente nossos controles de custos, bem como de buscarmos constantemente ganhos de eficiência operacional e produtividade. Isso só é possível devido à nossa gestão robusta de caixa e dívida, que mesmo nestes momentos permite tomar as decisões mais consistentes para o longo prazo da Companhia e sua saúde financeira.

Dessa forma, seguimos dedicados ao alcance dos melhores resultados, com foco permanente no crescimento sustentável do Grupo, na melhoria contínua da eficiência operacional e na gestão disciplinada de custos. Os investimentos realizados na expansão e modernização de nossas unidades industriais, em especial na Usina Vale do Pontal, e o avanço do projeto de irrigação reforçam nossa confiança na capacidade produtiva e recuperação da produtividade das próximas safras. Tudo isso, aliado ao compromisso com a integridade e com as condições ideais de trabalho de nossos colaboradores, por meio de forte investimento em sua capacitação, desenvolvimento e bem-estar.

Mantemos igualmente nossas iniciativas de crescimento sustentável, preservando elevados padrões de ESG como um dos pilares centrais de nossa operação. A transformação digital em curso, com projetos estratégicos voltados à modernização dos processos e à geração de dados para a tomada de decisão, reforça nossa visão de longo prazo. Continuamos comprometidos em fortalecer o agronegócio nacional, gerando valor para nossos acionistas e para a sociedade por meio da produção responsável de alimento e de energia renovável e limpa.

Destaques 12M26 x 12M25



Processamento de 8,3 milhões de toneladas de cana na safra, sendo **10,9% inferior** ao volume processado durante o mesmo período da safra anterior.



Produção na safra quando comparada com o mesmo período ficou 681,2 mil toneladas de açúcar (-1,8%), 143,3 mil m³ de etanol anidro (+13,7%), 122,4 mil m³ de etanol hidratado (-48,8%) e 383,1 mil MWh de energia elétrica (-2,8%).



Receita líquida de R\$ 2,47 bilhões, **11,9% inferior** aos R\$ 2,8 bilhões auferidos na safra anterior.



Resultado Operacional¹ de R\$ 263,5 milhões na safra, com margem de 10,7%.



EBITDA Ajustado de R\$ 1,25 bilhões, **8,9% inferior** aos R\$ 1,37 bilhões auferidos na safra anterior, com margem EBITDA de 50,7%.

¹O Resultado Operacional equivale ao Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social conforme apresentado na DRE.

²O EBITDA Ajustado é encontrado deduzindo do EBITDA os efeitos de variação de valor justo dos Ativos Biológicos (*fair value*) e os ganhos e perdas com investimentos do EBITDA.

Sobre o Grupo CMAA

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, com sede em Uberaba/MG, possui como controladas relevantes as seguintes usinas: Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A. (Vale do Tijuco), Vale do Pontal Açúcar e Etanol S/A. (Vale do Pontal) e Canápolis Açúcar e Etanol S/A. (Canápolis).

As três unidades estão localizadas na região do Triângulo Mineiro com capacidade atual de processamento de até 10,7 milhões de toneladas de cana e produzem açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia elétrica, bem como os subprodutos do processo industrial da cana-de-açúcar, conforme discorreremos a seguir:

- A Vale do Tijuco, cujas operações tiveram início em abril de 2010, possui capacidade de moagem aproximada de 5,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano.
- A Vale do Pontal teve início de suas atividades em maio de 2016 e passou a fazer parte do Grupo em julho de 2018, com capacidade de moagem atual de 3,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano refletindo a ampliação realizada em seu parque industrial durante a safra 2025/26.
- A Usina Canápolis iniciou as suas atividades em maio 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA em 30 de setembro 2020, com uma capacidade de moagem atual de 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano.

Desempenho Operacional

No quadro abaixo podemos observar os principais dados operacionais da Companhia comparados ao mesmo período do ano anterior:

Dados Operacionais	12M26	12M25	Var. (%)
CMAA - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	8.267,1	9.277,7	-10,9%
Própria	4.721,8	4.934,8	-4,3%
Terceiros	3.545,3	4.342,9	-18,4%
% Própria	57,1%	53,2%	3,9 p.p.
% Terceiros	42,9%	46,8%	-3,9 p.p.
ATR (kg/ton de cana)	136,8	140,9	-3,0%
Mix Açúcar	64,0%	56,9%	7,1 p.p.
Mix Etanol	36,0%	43,1%	-7,1 p.p.
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	681,2	693,7	-1,8%
Etanol Anidro (mil m ³)	143,3	126,1	13,7%
Etanol Hidratado (mil m ³)	122,4	239,3	-48,8%
Total Etanol	265,8	365,4	-27,3%
Energia (mil MWh)	383,1	394,0	-2,8%
Vendas			
Açúcar (mil toneladas)	677,6	685,5	-1,2%
Etanol Anidro (mil m ³)	146,3	117,2	24,8%
Etanol Hidratado (mil m ³)	120,6	241,3	-50,03%
Total Etanol	266,9	358,5	-25,56%
Energia (mil MWh)	367,1	380,5	-3,5%
CBIOS (mil unidades)	31,2	278,6	-88,8%

Estoques			
Açúcar (Mil toneladas)	0,0	0,5	-92,48%
Etanol Anidro (mil m³)	0,3	4,5	-92,82%
Etanol Hidratado (mil m³)	0,6	1,3	-52,77%
Total Etanol	0,9	5,7	-84,0%

Na safra 2025/26, a CMAA intensificou sua estratégia de priorização do açúcar, aproveitando os melhores preços capturados pela estratégia de fixação da Companhia. O volume vendido de açúcar atingiu 677,6 mil toneladas, praticamente em linha com o exercício anterior, enquanto o preço médio realizado foi de R\$ 2.268 por tonelada. No etanol, observou-se maior direcionamento para o anidro que apresenta melhores preços líquidos do que o hidratado, em função da evolução da demanda doméstica e da implementação do E30, com crescimento relevante dos volumes comercializados.

A cogeração de energia permaneceu relevante na composição do portfólio da Companhia, com geração de 383,1 mil MWh na safra. Por outro lado, embora a geração de CBIOS continue contribuindo para o fortalecimento da agenda de descarbonização do setor sucroenergético brasileiro, houve redução relevante em demanda e preços dos créditos de descarbonização, devido a menor pressão compradora das distribuidoras, que além de postergar as compras de CBIOS, tiveram suas metas revisadas para baixo pela ANP em função de decisões judiciais e ajustes regulatórios.

Desempenho Econômico-Financeiro

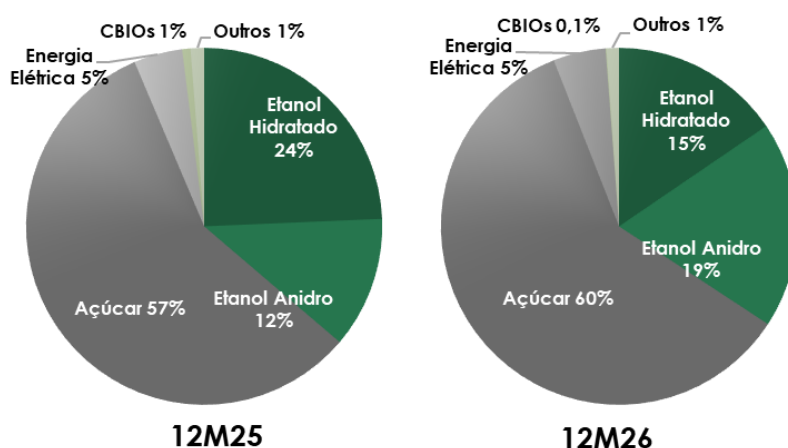
CMAA - Consolidado	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receita Bruta	2.569.848	2.941.515	-12,6%
Receita Líquida	2.467.797	2.801.453	-11,9%
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	-92.289	-21.940	320,6%
CPV sem Valor Justo Ativo Biológico	-1.873.451	-2.057.444	-8,9%
Total do CPV	-1.965.740	-2.079.384	-5,5%
Margem CPV (%)	79,7%	74,2%	5,4%
Lucro Bruto	502.057	722.069	-30,5%
Margem Bruta (%)	20,3%	25,8%	-5,4%
Despesas Gerais, Comerciais e Outras	-238.520	-189.271	26,0%
Resultado Operacional	263.537	532.798	-50,5%
Margem Operacional (%)	10,7%	19,0%	-8,3%
Depreciação e Amortização	895.056	817.510	9,5%
EBITDA	1.158.593	1.350.308	-14,2%
Margem EBITDA (%)	46,9%	48,2%	-1,3%
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	92.289	21.940	320,6%
Ganhos e Perdas com Investimentos	-569	160	-455,6%
EBITDA Ajustado	1.250.313	1.372.408	-8,9%
Margem EBITDA (%)	50,7%	49,0%	1,7%
Lucro Líquido	-157.403	33.968	-563,4%
Margem Líquida (%)	-6,4%	1,2%	-7,6%

Na safra 2025/26, a CMAA registrou um prejuízo líquido do exercício de R\$ 157,4 milhões, revertendo o lucro líquido de R\$ 34,0 milhões apurado no mesmo período do ano anterior. A margem líquida foi negativa em 6,4%, sendo que os principais impactos foram causados pela expressiva redução no volume de cana processada devido ao impacto climático na produtividade dos canaviais, o que diminuiu os volumes de produção e vendas. A redução nos níveis de preços de açúcar no cenário internacional, bem como a variação cambial negativa registrada no período também tiveram impacto direto na geração de receita da Companhia, proporcional aos volumes não fixados. Conseqüentemente, a atualização a menor das estimativas de preços do açúcar e queda da produtividade dos canaviais também afetaram o fluxo de caixa futuro estimado para valorização dos canaviais, trazendo uma variação negativa no valor justo dos ativos biológicos e contribuiu para aumento do prejuízo na safra.

Receita

COMPOSIÇÃO RECEITA BRUTA	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receita Bruta Total	2.569.848	2.941.515	-12,6%
Etanol Hidratado	398.208	715.582	-44,4%
Etanol Anidro	481.347	350.236	37,4%
Etanol Total	879.555	1.065.817	-17,5%
Açúcar	1.536.756	1.687.596	-8,9%
Energia Elétrica	122.559	129.863	-5,6%
CBIOs	1.863	22.105	-91,6%
Outros	29.115	36.133	-19,4%

Distribuição - Receita Bruta



Na safra 2025/26 (12M26), a receita bruta, em geral, teve redução de 12,6% com R\$ 2.569,8 milhões, com participação da receita dos produtos bastante parecida com a do ano anterior. O faturamento de etanol representou um decréscimo de cerca de 17,5% no acumulado da safra, enquanto a

receita bruta referente à venda de açúcar reduziu cerca de 8,9%. Já a receita com venda de CBIOS diminuiu 91,6% em relação ao acumulado do mesmo período da safra 2024/2025.

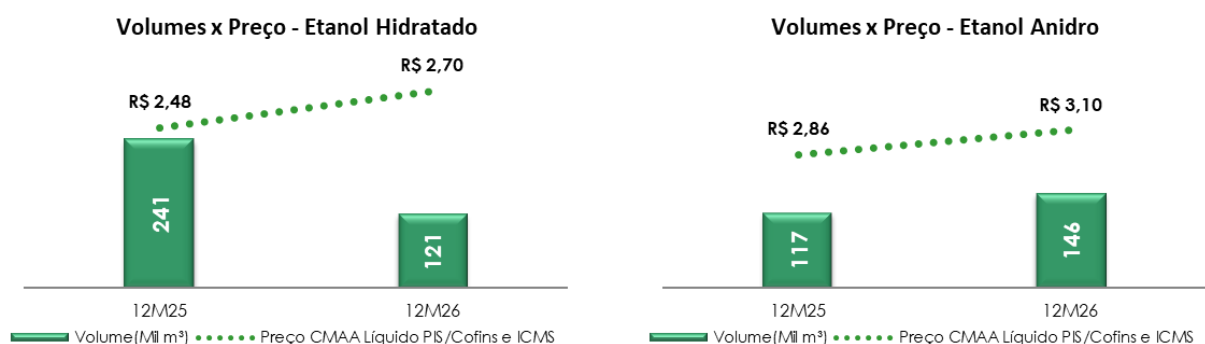
Etanol

Na região Centro-Sul, a produção total de etanol apresentou retração de 3,6% em relação à safra anterior, totalizando 33,72 bilhões de litros devido à manutenção de um mix mais açucareiro no setor. O etanol hidratado registrou queda mais acentuada de produção, enquanto o etanol anidro apresentou crescimento, sustentado pela demanda compulsória de mistura à gasolina e pelas discussões relacionadas ao avanço da mistura para 30% (E30) no Brasil.

Ao longo do exercício, o mercado de etanol hidratado enfrentou momentos de maior pressão sobre os preços, especialmente em períodos nos quais a competitividade frente à gasolina se mostrou menos favorável ao consumidor final. Adicionalmente, o ritmo de repasse das reduções de preços das usinas para as bombas ocorreu de forma gradual em diversas regiões do país, impactando temporariamente o consumo do biocombustível.

Mesmo diante desse cenário, o consumo doméstico permaneceu resiliente, sustentado pela ampla base da frota flex brasileira e pela relevância estratégica do etanol na matriz energética nacional. No caso do etanol anidro, a demanda seguiu consistente ao longo da safra, favorecida pela manutenção da mistura compulsória na gasolina e pela perspectiva de aumento gradual do percentual de mistura nos próximos ciclos.

Nesse contexto, a Companhia manteve estratégia comercial disciplinada e gestão ativa de fixação de preços ao longo da safra, proporcionando preços médios de venda superiores aos praticados pelo mercado, o que assegurou à Companhia um preço médio superior ao registrado no mesmo período da safra anterior. Além disso, a CMAA também seguiu priorizando flexibilidade operacional entre açúcar e etanol, adequando seu mix de produção de acordo com as condições de mercado observadas durante o período. Visando capturar os melhores momentos de preços no decorrer da safra, a CMAA comercializou um total de 120,6 mil m³ de etanol hidratado, com um preço médio líquido de R\$ 2,70/litro, superior ao mesmo período da safra passada de R\$ 2,48/litro. Já no etanol anidro, houve aumento no volume de comercialização, passando de 117,4 mil m³ para 146,3 mil m³, com preço líquido médio de R\$ 3,10/litro, também superior ao preço médio líquido do mesmo período anterior, que havia sido de R\$ 2,86/litro.



VHP

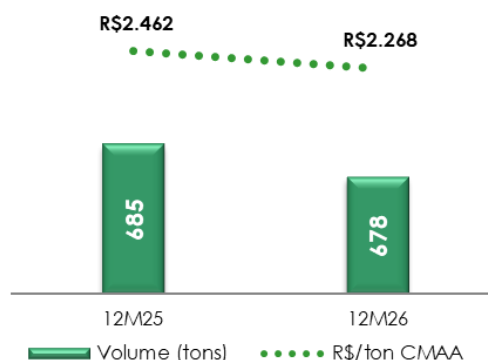
O mercado internacional de açúcar apresentou um cenário mais desafiador ao longo da safra 2025/26, marcado pela acomodação das cotações do açúcar bruto (VHP) após os níveis historicamente elevados observados na safra anterior. A melhora das perspectivas de oferta global, especialmente em importantes países produtores como Índia e Tailândia, aliada à expectativa de recuperação parcial da produção brasileira ao longo do ciclo, pressionou os contratos negociados na ICE de Nova York, reduzindo os preços médios praticados no mercado exportador.

Mesmo diante desse cenário de retração das cotações internacionais, o Centro-Sul manteve elevado direcionamento do mix para produção de açúcar, que atingiu 50,38% do ATR na safra 2025/26, frente a 48,06% na safra anterior. A produção acumulada de açúcar na região alcançou 40,43 milhões de toneladas, crescimento de 0,6% em relação ao ciclo 2024/25.

Nesse contexto, a CMAA manteve foco estratégico nas exportações de açúcar VHP. Até o final da safra foram vendidas 677,6 mil toneladas de açúcar direcionado ao mercado externo, o que representa uma redução de 1,2% em relação às 685,5 mil toneladas comercializadas no mesmo período do ano passado.

Quanto aos preços, a redução das cotações internacionais, combinada à maior volatilidade cambial ao longo da safra, impactou negativamente o preço médio líquido de comercialização do açúcar exportado. Ainda assim, a Companhia preservou disciplina comercial e política ativa de hedge, mitigando parcialmente os efeitos da queda dos preços internacionais sobre a rentabilidade das exportações, o que permitiu à Companhia capturar preços médios superiores à média de mercado. Dessa forma, o preço médio praticado pela CMAA na safra 2025/26 apresentou redução de apenas 7,9% quando comparado ao preço praticado no mesmo período do ano anterior, alcançando preço médio de R\$ 2.268 por tonelada, já com os efeitos do *Hedge Accounting* das fixações de preço realizadas nos anos anteriores, que ratificou mais uma vez a estratégia e a política da Companhia neste quesito.

Volumes de Venda x Preço Bruto VHP



Custo dos Produtos Vendidos

Na safra 2025/2026, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 1.965,7 milhões, redução de 5,5% em comparação ao exercício anterior, considerando os efeitos da variação do valor justo dos ativos biológicos. Excluindo esse efeito, a redução seria de 8,9%, reflexo principalmente do menor volume de cana processada e das vendas inferiores registradas na safra. A queda no volume de cana adquirida de fornecedores — recuo de 32,7% na linha de compra de cana na esteira — contribuiu de forma relevante para a compressão do CPV, parcialmente compensada pelo crescimento de 57,1% na participação da cana própria no total processado. Em contrapartida, o maior peso da cana própria e os investimentos acumulados em formação de canavial nos ciclos anteriores elevaram os custos de amortização de plantio em 25,2% e de amortização de tratos culturais em 16,9%. O custo unitário por ATR vendido atingiu R\$ 1.632 por tonelada, alta de 3,9% em relação aos R\$ 1.570 por tonelada registrados na safra anterior, evidenciando a diluição menos favorável dos custos fixos sobre um volume processado 10,9% inferior. Adicionalmente, a variação negativa no valor justo dos ativos biológicos somou R\$ 92,3 milhões, impacto 320,6% superior ao registrado na safra 2024/25, decorrente da revisão a menor das estimativas de produtividade dos canaviais e dos preços futuros do açúcar utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado.

CPV	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Amortização tratos	267.918	229.174	16,9%
Amortização do plantio	210.270	167.910	25,2%
Compra de cana fornecedor na esteira	447.868	664.955	-32,7%
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	182.951	189.529	-3,5%
Depreciação	62.016	68.547	-9,5%
Amortização de entressafra	156.977	153.622	2,2%
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	345.824	374.203	-7,6%
Custos industriais	166.192	188.846	-12,0%
Custo de serviços prestados	23.779	29.682	-19,9%
Outros custos	11.157	29.701	-62,4%
Variação do valor justo de ativos biológicos	92.289	21.940	320,6%
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	-1.502	-38.724	-96,1%
Total	1.965.740	2.079.384	-5,5%

Abertura do CPV por produto.

Açúcar	1.076.554	1.072.096	0,4%
Etanol	740.734	899.213	-17,6%
Energia	34.298	41.340	-17,0%
Outros	114.155	66.736	71,1%
Total do CPV	1.965.740	2.079.384	-5,5%
ATR Vendido ('000 Tons)	1.114	1.255	-11,3%
Custo Unit.(CPV Açúcar e Etanol/ATR)	1.632	1.570	3,9%

Despesas Operacionais

Em linhas gerais, as despesas de venda somaram R\$ 178,9 milhões, apresentando leve aumento de 1,3% em relação ao exercício. Neste grupo, a despesa mais relevante é de fretes e carretos que reflete os custos da logística de distribuição do açúcar VHP enviado para o porto para exportação que permaneceram praticamente estáveis em relação ao ano anterior (-0,2%), isso porque o aumento no preço dos fretes foi compensado pelo menor volume de açúcar transportado e vendido. As demais variações estão diretamente relacionadas aos volumes comercializados, reajustes tarifários no período, revisão de contratos comerciais e investimento da Companhia na equipe comercial.

Despesas com Vendas	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Fretes e carretos	144.073	144.361	-0,2%
Tarifas Decorrentes da Distribuição de Energia Elétrica	7.790	5.058	54,0%
Comissões	1.313	5.918	-77,8%
Despesas com pessoal	9.768	8.957	9,1%
Outras despesas comerciais	11.475	9.230	24,3%
Depreciação e amortização	4.451	3.045	46,2%
Total Geral	178.871	176.569	1,3%

As despesas administrativas no período 12M26 registraram aumento de 18,9% em comparação com o exercício anterior, totalizando R\$ 84,5 milhões. Este incremento foi influenciado por dois vetores principais: a elevação das despesas com pessoal em 10,8%, decorrente da expansão da equipe administrativa para suportar o crescimento operacional da Companhia e do efeito do dissídio salarial aplicado no exercício; e o crescimento nos serviços de terceiros, reflexo dos maiores gastos com sistemas e serviços de dados oriundos da modernização digital da Companhia, e também nos gastos com consultoria jurídica especializada, que atuou na recuperação de créditos de PIS e COFINS e resultaram em retorno tributário para a Companhia. Em contrapartida, as outras despesas administrativas recuaram 55,8%, parcialmente mitigando o impacto dessas elevações sobre o montante total das despesas administrativas do período.

Despesas Administrativas	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Despesas com pessoal	39.471	35.612	10,8%
Serviços de terceiros	29.565	13.124	125,3%
Outras despesas administrativas	7.607	17.221	-55,8%
Depreciação e amortização	7.834	5.075	54,4%
Total Geral	84.477	71.032	18,9%

Resultado Financeiro e Endividamento Bancário

O resultado financeiro líquido acumulado até 31 de março de 2026 apresentou uma despesa de R\$ 499,9 milhões, piora de 12,2% em relação ao resultado negativo de R\$ 445,5 milhões registrado no mesmo período do exercício anterior. Essa deterioração foi primordialmente influenciada pelo

expressivo crescimento de 50,7% nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, reflexo da alta taxa básica de juros do período e do maior volume de endividamento contratado ao longo da safra para suportar a menor geração de caixa e financiar os investimentos de expansão, manutenção dos ativos e renovação dos canaviais, essenciais para a recuperação da produtividade e eficiência no médio e longo prazo da Companhia. Em sentido parcialmente compensatório, os ganhos e perdas com ajuste a valor justo de derivativos apresentaram melhora significativa (-98,2%), assim como as despesas bancárias e de apropriação de custos de empréstimos (-75,6%). As receitas financeiras recuaram 9,7%, enquanto as despesas financeiras totais avançaram 6,9% no período.

Resultado Financeiro Líquido	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receitas financeiras	128.402	142.261	-9,7%
Despesas financeiras	-628.341	-587.769	6,9%
Total Geral	-499.939	-445.508	12,2%

Abertura Resultado Financeiro	12M26	12M25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-350.652	-232.751	50,7%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	48.982	57.651	-15,0%
Ganho/Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	-949	-51.244	-98,2%
IOF	-1.676	-1.057	58,7%
Resultado da Variação Cambial	5.411	-18.612	-129,1%
Despesas Bancárias / Apropriação de custos de empréstimos	-7.916	-32.413	-75,6%
Outras receitas e despesas financeiras	-55.500	-41.210	34,7%
Ajuste a valor presente arrendamentos	-137.640	-125.873	9,4%
Total	-499.939	-445.508	12,2%

O endividamento bruto atingiu R\$ 2,9 bilhões em 31 de março de 2026, crescimento de 38,9% em relação aos R\$ 2,1 bilhões registrados em 31 de março de 2025. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$ 2,4 bilhões, alta de 48,9% frente aos R\$ 1,6 bilhões do exercício anterior, reflexo combinado do aumento do endividamento e estabilidade das disponibilidades, que recuaram apenas 3,8% no período.

A estrutura da dívida passou por movimentos relevantes ao longo da safra: o capital de giro expandiu-se expressivamente, enquanto o FINAME cresceu em função dos investimentos em equipamentos e ampliação do parque industrial, especialmente na unidade Vale do Pontal. Os CRAs recuaram 9,5%, reflexo da antecipação na liquidação de instrumentos contratados em exercícios anteriores, substituídos por novas emissões contratadas em condições estrategicamente mais aderentes ao plano de crescimento da Companhia (maior prazo de pagamento, ajuste nos custos e atualização dos *covenants*).

Esses movimentos foram seguidos pela finalização dos investimentos de ampliação da unidade Vale do Pontal, além dos investimentos contínuos destinados à modernização e ao aumento da eficiência das demais unidades da Companhia, com manutenção dos parques industriais, das áreas de produção de cana-de-açúcar e avanço do gradual projeto de irrigação na Usina Vale do Pontal. O índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado encerrou o período em 1,96x, nível compatível com a política de alavancagem da Companhia e que evidencia a solidez da geração operacional de caixa mesmo em um ciclo de menores volumes.

Endividamento	31/03/26	31/03/25	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
FINAME	323.025	230.969	39,9%
Capital de giro	1.563.299	740.317	111,2%
CRA	1.075.577	1.189.174	-9,6%
Aeronave	15.015	0	0,0%
Despesas Diferidas	-43.702	-49.153	-11,1%
Dívida Bruta Total	2.933.215	2.111.307	38,9%
Disponibilidades	488.403	470.021	3,9%
Dívida Líquida	2.444.811	1.641.286	48,9%
Capital Social	503.892	503.892	0,0%
Cana Processada (mil toneladas)	8.267	9.278	-10,9%
EBITDA Ajustado	1.250.313	1.372.408	-8,9%
Índice (Dívida líq. / Capital Social)	4,85	3,26	48,8%
Índice (Dívida líq. / Cana Processada - mil ton.)	295,7	176,9	67,2%
Índice (Dívida líq. / EBITDA)	1,96	1,20	63,5%

No âmbito da Gestão de Riscos Financeiros, a Companhia mantém uma estrutura de endividamento atrelada a diferentes indexadores de dívida, principalmente CDI e IPCA. Parte dessa estrutura é protegida por instrumentos de *Hedge* contratados por meio de operações de swap. Como tais instrumentos são mensurados a valor justo (calculados baseados nas curvas futuras dos indexadores) e reconhecidos contabilmente ao longo de sua vigência, podem gerar oscilações temporárias no resultado. Os efeitos econômicos efetivos dessas operações, entretanto, são realizados no momento de sua liquidação financeira, quando o resultado acumulado reflete integralmente a proteção contratada.

No período findo em 31 de março de 2026, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que não sejam relacionados com auditoria.



Shape the future
with confidence

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, 930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações
Uberaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Mineira de Açúcar a Álcool Participações (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 05 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

Eric Piantino

Eric Horta Piantino

Contador CRC MG-107829/O

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	891	1.668	488.403	470.021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	-	-	35.273	51.594
Arrendamentos a receber	10	-	-	151.039	88.836
Estoques	11	-	-	166.877	129.571
Ativo biológico	12	-	-	296.358	347.718
Impostos e contribuições a recuperar	13	376	307	153.865	130.438
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	14	-	-	21.286	29.681
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	91.693	16.158
Total do ativo circulante		1.267	1.975	1.404.794	1.264.017
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	-	-	63.673	4.307
Arrendamentos a receber	10	-	-	294.506	425.016
Impostos e contribuições a recuperar	13	-	-	94.662	92.841
Depósitos judiciais		-	-	1.150	1.155
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	14	-	-	227	302
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	43.914	1.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	193.468	164.257
Investimentos	15	721.131	710.030	17.067	15.152
Imobilizado	16	-	-	2.475.432	2.157.222
Intangível		-	-	52.993	51.175
Direito de uso	17	-	-	1.094.008	1.237.634
Total do ativo não circulante		721.131	710.030	4.331.100	4.150.080
Total do ativo		722.398	712.005	5.735.894	5.414.097

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	469.758	213.635
Fornecedores e outras contas a pagar	19	88	1	203.000	336.847
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	20	-	-	149.415	224.414
Adiantamento de clientes	21	-	-	157.939	143.154
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	3.977	14.087
Provisões e encargos trabalhistas		-	-	66.762	68.275
Obrigações fiscais		6.439	6.436	16.678	18.975
Outros passivos		-	-	4.555	4.836
Total do passivo circulante		6.527	6.437	1.072.084	1.024.223
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	255	-	2.463.457	1.897.672
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	28.642	745
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	20	-	-	1.484.910	1.608.447
Adiantamento de clientes	21	-	-	39.667	165.994
Provisões para demandas judiciais	22	-	-	1.661	3.395
Obrigações fiscais		-	-	189	396
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	-	7.657
Provisão para perda em investimentos	15	70.332	69	-	69
Total do passivo não circulante		70.587	69	4.018.526	3.684.375
Patrimônio líquido					
Capital social	23	503.892	503.892	503.892	503.892
Reserva de capital		4.164	4.164	4.164	4.164
Reservas de lucros		178.388	207.755	178.388	207.755
Ajuste de avaliação patrimonial		86.876	(10.312)	86.876	(10.312)
Lucros (prejuízos) acumulados		(128.036)	-	(128.036)	-
Total do patrimônio líquido		645.284	705.499	645.284	705.499
Total do passivo e patrimônio líquido		722.398	712.005	5.735.894	5.414.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação, em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receita líquida	26	-	-	2.467.797	2.801.453
Custo das vendas e serviços	27	-	-	(1.965.740)	(2.079.384)
Lucro bruto		-	-	502.057	722.069
Despesas com vendas	27	-	-	(178.871)	(176.569)
Despesas administrativas	27	(365)	(748)	(84.477)	(71.032)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	-	175	24.204	58.665
Resultado de equivalência patrimonial	15	(157.250)	34.185	623	(335)
		(157.615)	33.612	(238.521)	(189.271)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		(157.615)	33.612	263.536	532.798
Despesas financeiras	28	(7)	(9)	(628.341)	(587.769)
Receitas financeiras	28	216	369	128.402	142.261
Resultado financeiro		209	360	(499.939)	(445.508)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(157.406)	33.972	(236.403)	87.290
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	3	(4)	(277)	(48.805)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	-	-	79.277	(4.517)
		3	(4)	79.000	(53.322)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(157.403)	33.968	(157.403)	33.968
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	29	(0,1251)	0,0270	(0,1251)	0,0270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(157.403)	33.968	(157.403)	33.968
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa – futuro	-	-	147.255	(10.074)
Efeitos fiscais sobre ganhos de hedge futuro	-	-	(50.067)	3.425
Equivalência patrimonial decorrente dos efeitos nas controladas	97.188	(6.649)	-	-
Resultado abrangente total	(60.215)	27.319	(60.215)	27.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais			
Saldo em 1º de abril de 2024	503.892	4.164	27.669	226.118	(3.663)	-	758.180
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(6.649)	-	(6.649)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.968	33.968
Constituição de reserva legal	-	-	1.698	-	-	(1.698)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	32.270	-	(32.270)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)
Saldos em 31 de março de 2025	503.892	4.164	29.367	178.388	(10.312)	-	705.499
Saldo em 1º de abril de 2025	503.892	4.164	29.367	178.388	(10.312)	-	705.499
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	97.188	-	97.188
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(157.403)	(157.403)
Absorção de reserva legal	-	-	(29.367)	-	-	29.367	-
Saldos em 31 de março de 2026	503.892	4.164	-	178.388	86.876	(128.036)	645.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(157.406)	33.972	(236.403)	87.290
Ajustes para conciliar o resultado:				
Juros sobre arrendamentos	-	-	137.640	125.873
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	92.289	21.940
Depreciação e amortização	-	-	895.056	817.510
Resultado de equivalência patrimonial	157.250	(34.185)	(623)	335
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	-	(2.298)	281
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	350.652	232.751
Apropriação de custos de transação	-	-	7.804	31.277
Juros e IOF de operações com partes relacionadas	5	-	184	116
Perdas (ganhos) não realizados com instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.058	(4.917)
Provisão (reversão) de obsolescência	-	-	(2.330)	(754)
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido estoques	-	-	(76)	76
Créditos de descarbonização - CBIOS	-	-	(5.604)	16
Provisão para demandas judiciais	-	-	(1.734)	1.737
Atualização de outros investimentos	-	(176)	(461)	(274)
Juros sobre fornecedores	-	-	23.496	-
Ajuste a valor presente de clientes - AVP	-	-	-	(260)
Variação cambial e correção monetária	-	-	171	-
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	-	-	(19.853)	(19.833)
Provisão para obras de infraestrutura - Protocolo de Intenções	-	-	8.153	11.090
Crédito presumido sobre PIS e COFINS	-	-	(4.786)	(38.193)
Outros	-	-	29	(292)
	(151)	(389)	1.252.364	1.265.769
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	19.458	29.723
Redução (aumento) em estoques	-	-	39.354	1.637
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(69)	(43)	(20.462)	(21.476)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	-	38	8.470	8.052
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	87	(44)	(131.280)	86.008
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	-	-	(1.513)	11.161
(Redução) aumento em obrigações fiscais	6	(5)	(2.758)	10.340
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	-	-	(111.542)	(97.607)
Outros ativos e outros passivos	-	-	(483)	2.502
Pagamento de demandas judiciais	-	-	(6.319)	(5.759)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(4)	-	(57.720)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(127)	(447)	1.045.289	1.232.630
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em investidas	(900)	(2.485)	(900)	(1.000)
Recebimento na venda de participação societária	-	2	-	2
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	167
Formação do ativo biológico	-	-	(292.573)	(256.549)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	6.266	13.092
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(840.419)	(865.855)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(7.518)	(32.502)
Recebimento de dividendos	-	80.000	-	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	(900)	77.517	(1.135.144)	(1.142.645)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos líquido de custos de transação	-	-	949.625	1.412.182
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(253.435)	(1.237.807)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(232.910)	(158.314)
Pagamento de recursos com partes relacionadas	250	-	(62.503)	(85.333)
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	-	-	(292.540)	(263.199)
Pagamento de dividendos	-	(80.000)	-	(80.000)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	250	(80.000)	108.237	(412.471)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(777)	(2.930)	18.382	(322.486)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.668	4.598	470.021	792.507
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	891	1.668	488.403	470.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações ("Companhia", "Grupo" ou "Grupo CMAA") está localizada na Rodovia BR 050 (KM 116) - Área Rural de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia, CBIOs e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar.

A Companhia é controlada em conjunto, por meio da celebração de acordo de acionista entre, a Ifar Brazil Pte Ltd., JF Investimentos S.A, Marseille Fundo de Investimentos em Participações, e Rio Grande Investment PTE. LTD.

A Companhia é controladora das seguintes empresas:

- Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Vale do Tijuco")
- Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Vale do Pontal")
- Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis")
- Francis Energia Ltda. ("Francis")

A controlada Vale do Tijuco teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco possui capacidade de moagem aproximada de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A controlada Vale do Pontal teve suas operações iniciadas em 01 de julho de 2006 e passou a ser controlada pelo Grupo CMAA em 01 de julho de 2018. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 3,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A controlada Usina Canápolis teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA por meio de uma reorganização societária, a partir de 30 de setembro de 2020. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 24 de abril de 2023 a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações integralizou capital social na 2C Energia S.A. ("2C Energia") no valor de R\$ 729, a qual possui como atividade principal a participação em outras sociedades, com o objetivo de desenvolver o setor de energia renovável. A 2C Energia encontra-se em fase pré-operacional. Em 24 de setembro de 2024, ocorreu a reorganização do quadro societário da 2C Energia. A Companhia vendeu parte de sua participação societária e houve o ingresso de novos acionistas, ocasionando a sua diluição.

Em 04 de fevereiro de 2025 a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações firmou contrato de constituição da Francis Energia Ltda ("Francis"), a qual possui como atividade principal a participação em outras sociedades, com o objetivo de desenvolver o setor de geração de energia renovável. A Francis encontra-se em fase pré-operacional.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, considerando as projeções de resultados, a geração de caixa operacional e a estrutura de capital.

Apesar do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia mantém consistente geração operacional de caixa, evidenciada por seus níveis de EBITDA, bem como adequada capacidade de conversão de resultados em caixa.

Adicionalmente, os investimentos realizados recentemente, com destaque para a expansão da unidade Vale do Pontal, devem contribuir positivamente para o aumento da eficiência operacional e da geração de caixa nos próximos exercícios.

Com base nas projeções de fluxo de caixa, na estrutura de financiamentos contratados e na manutenção de acesso a linhas de crédito, a Administração entende que a Companhia possui recursos suficientes para cumprir suas obrigações no curso normal de suas operações, não havendo incerteza quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

Em 31 de março de 2026, a controladora apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 5.260 (R\$ 4.462 em 31 de março de 2025), decorrente, substancialmente, do reconhecimento de obrigações específicas de natureza contingencial classificadas no passivo circulante.

A Administração entende que tal situação não compromete a liquidez da Companhia, tendo em vista a geração de caixa das controladas operacionais, bem como o acesso a linhas de financiamento e adequada gestão de capital de giro.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a reforma tributária sobre o consumo no Brasil, criando um modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além do Imposto Seletivo (IS).

A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, com a coexistência temporária dos regimes tributários atual e novo.

A Administração da Companhia está acompanhando de forma contínua a evolução da regulamentação aplicável, bem como avaliando os potenciais impactos da reforma sobre suas

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações. Adicionalmente, a Companhia já iniciou a revisão e adequação de seus processos operacionais, financeiros e fiscais, com o objetivo de se preparar para a transição ao novo modelo tributário.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

2. Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), listadas a seguir:

Controladas	País	Percentual de participação	
		2026	2025
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (Vale do Tijuco)	Brasil	100%	100%
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A (Vale do Pontal)	Brasil	100%	100%
Usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (Canápolis)	Brasil	100%	100%
Francis Energia Ltda. (Francis)	Brasil	99%	99%

Coligada	País	Percentual de participação	
		2026	2025
2C Energia S.A. (2C Energia)	Brasil	6%	6%

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2026 foi autorizada pela diretoria em 05 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Notas explicativas nº 9 e 24 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 11 - provisão para obsolescência dos estoques e provisão de ajuste ao valor realizável líquido;
- Nota explicativa nº 16 - vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 17 - amortização do direito de uso;
- Nota explicativa nº 20 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota explicativa nº 22 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 25 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas:

- Nota explicativa nº 12 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas.

7. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita

i) *Venda de produtos*

A receita é reconhecida quando a Companhia cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Companhia as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade *free on board* (FOB).

ii) *Venda de energia elétrica*

A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida no momento em que a energia é disponibilizada na rede.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 o Grupo possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) *Venda de CBIOs*

A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) *Imposto de renda e contribuição social corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

f) Subvenções

Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros.

O Grupo possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. A partir de janeiro de 2024, em decorrência dos efeitos da Lei 14.789/23, o grupo deixou de realizar a exclusão dos respectivos incentivos fiscais na apuração do lucro real.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidas no resultado.

O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) *Custos de manutenção*

O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As controladas realizam anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2026, e 2025 são as seguintes:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	Anos	Taxas médias
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	20	5,00%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	4	25,00%
Gastos manutenção entressafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

j) Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, que estabelece os critérios para reconhecimento, mensuração e apresentação dos contratos de arrendamento e de parcerias agrícolas. Em conformidade com essa norma, na data de início dos contratos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, representativo do direito de utilizar o ativo subjacente ao longo do prazo contratual, bem como um passivo de arrendamento correspondente às obrigações de pagamentos futuros.

A Companhia classifica como arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período. Nesse contexto, os contratos de parceria agrícola, embora possuam natureza jurídica de parceria rural conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.443, de 05 de janeiro de 2007), foram reconhecidos de acordo com os requisitos da referida norma contábil

k) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, o Grupo documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

l) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2026 e 2025.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

o) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

p) Segmento operacional

A Administração do Grupo elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional.

q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

O Grupo não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	39	31	716	2.225
Equivalentes de caixa	852	1.637	487.687	467.796
Total	891	1.668	488.403	470.021

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2026, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 100 % e 102% (100% a 105% em março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia e de suas controladas.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 24.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Decorrentes da venda de etanol	7.581	21.798
Decorrentes da venda de energia	1.979	4.957
Decorrentes da venda de açúcar	-	7.675
Outros (a)	23.053	13.492
Contas a receber de clientes	32.613	47.922
Créditos com partes relacionadas (nota 30)	62.503	-
Outros (b)	3.830	7.979
Outros recebíveis	66.333	7.979
Total	98.946	55.901
Ativo circulante	35.273	51.594
Ativo não circulante	63.673	4.307

- (a) Refere-se principalmente ao contas a receber proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos de cana planta e revenda de insumos junto a fornecedores de cana e parceiros, em sua maioria com vencimento para curto prazo.
- (b) Refere-se ao contas a receber pela venda da empresa Bacuri Agrícola Ltda. Em 27 de novembro de 2017, a Bacuri Agrícola Ltda. foi vendida pela sua controladora JFLIM Participações S.A. que repassou os direitos creditórios da referida transação para a Vale do Pontal, como título de liquidação de mútuos entre as partes. Este valor é corrigido anualmente pelo IPCA até o seu vencimento final em 2026 e está registrado a valor presente com a taxa anual de 3,42%.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 24.

10. Arrendamentos a receber

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Arrendamentos	445.545	513.852
Total	445.545	513.852
Ativo circulante	151.039	88.836
Ativo não circulante	294.506	425.016

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo no início do exercício	513.852	429.022
Adições de novos contratos de arrendamentos	71.760	56.490
Juros	51.775	49.461
Transferência – direito de uso	33.369	53.604
Remensuração	(63.153)	14.999
Recebimentos	(96.464)	(85.873)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(65.594)	(3.851)
Saldo no fim do exercício	445.545	513.852

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

Vencimento	Consolidado
01/04/2027 a 31/03/2028	31.356
01/04/2028 a 31/03/2029	33.252
01/04/2029 a 31/03/2030	34.556
01/04/2030 a 31/03/2031	43.283
01/04/2031 a 31/03/2032	29.768
01/04/2032 a 31/03/2033	31.653
01/04/2033 a 31/03/2034	19.862
01/04/2034 a 31/03/2035	16.821
01/04/2035 a 31/03/2036	14.628
31/03/2035 em diante	39.327
	294.506

11. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Produto acabado		
Açúcar VHP	70	1.038
Etanol anidro	1.026	10.674
Etanol hidratado	1.901	3.503
Semi acabados	-	1.850
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido	-	(76)
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	158.119	103.534
Provisão para obsolescência	(3.378)	(5.707)
Estoques em poder de terceiros	3.535	14.755
Outros		
Créditos de descarbonização – CBIOS (b)	5.604	-
Total	166.877	129.571

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo e estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio.

(b) Em 31 de março de 2026, existiam 232.297 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para obsolescência

A Companhia adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	(5.707)	(6.461)
Adições	(4.526)	(10.180)
Reversões	6.855	10.934
Saldo final	(3.378)	(5.707)

12. Ativo biológico

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Custo histórico	267.146	231.295
Valor justo	80.572	102.512
Saldo inicial de ativos biológicos	347.718	333.807
Adições com tratos de cana	308.075	267.146
Absorção dos custos cana colhida	(267.146)	(231.295)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	(92.289)	(21.940)
Saldo final de ativos biológicos	296.358	347.718
Custo histórico	308.075	267.146
Valor justo	(11.717)	80.572

Soqueira de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Área estimada de colheita (hectares)	76.712	72.536
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	82,50	81,79
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,99	141,25
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,20	1,29

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,79% ao ano (8,24% em 31 de março de 2025), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia.

O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço do Grupo esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. O Grupo também se assegura contra desastres naturais.

13. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
COFINS a recuperar	-	-	66.374	85.358
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	-	-	37.115	34.918
IRPJ e CSLL a recuperar	10	1	36.037	15.649
PIS a recuperar	-	-	14.175	17.001
IRRF sobre aplicações financeiras	366	306	2.896	11.320
ICMS a recuperar	-	-	89.965	56.734
Outros impostos a recuperar	-	-	1.965	2.299
Total	376	307	248.527	223.279
Ativo circulante	376	307	153.865	130.438
Ativo não circulante	-	-	94.662	92.841

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS e COFINS

O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos sobre aquisições de máquinas e equipamentos, edificações e construções destinadas à produção e aquisição de cana. Inclui também créditos sobre aquisição de cana de açúcar de terceiros. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição.

ICMS - aquisição de ativo imobilizado

O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

ICMS a recuperar

O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Companhia, em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de insumos.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

14. Adiantamento a fornecedores e outros ativos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Adiantamento a fornecedores de cana	2.108	18.691
Adiantamento a fornecedores nacionais	14.220	9.347
Seguros a apropriar	4.600	1.408
Outros	585	537
Total	21.513	29.983
Ativo circulante	21.286	29.681
Ativo não circulante	227	302

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

Composição dos saldos

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.
2C Energia S.A.
Francis Energia Ltda

Outros investimentos mensurados a custo

Outros investimentos mensurados a custo

Total

Provisão para perdas com investimento

Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.
2C Energia S.A.

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
	635.149	587.130
	-	27.096
	83.723	94.318
	779	-
	1.478	1.484
	721.129	710.028
	2	2
	721.131	710.030
	(70.332)	-
	-	(69)
	(70.332)	(69)

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.
2C Energia S.A.

Total

Outros investimentos

Outros investimentos *

Total

Provisão para perdas com investimento

2C Energia S.A.

Total

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
	8.373	7.690
	777	-
	9.150	7.690
	7.917	7.462
	7.917	7.462
	-	(69)
	-	(69)
	17.067	15.083

*Substancialmente composto por cotas em cooperativas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de investimentos em controladas

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	709.961	759.766
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	97.188	(6.649)
Resultado de equivalência patrimonial	(157.250)	34.185
Dividendos recebidos	-	(80.000)
Aporte de capital 2C Energia	900	1.000
Aporte de capital Francis Energia	-	1.485
Venda de participação societária 2C Energia	-	174
Saldo final	650.799	709.961

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	15.083	14.145
Resultado de equivalência patrimonial	623	(335)
Cotas de participação em cooperativas	461	99
Aporte de capital 2C Energia	900	1.000
Venda de participação societária 2C Energia	-	174
Saldo final	17.067	15.083

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações das investidas - controladora

Exercício findo em 31 de março de 2026												
Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial	
31 de março de 2026												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	765.158	2.375.973	3.141.131	392.637	2.113.344	635.149	3.141.130	1.375.458	(1.386.122)	(10.664)	(10.664)
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	379.033	1.511.603	1.890.636	477.200	1.483.768	(70.331)	1.890.637	873.693	(993.181)	(119.488)	(119.488)
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	283.794	911.689	1.195.483	248.843	862.916	83.724	1.195.483	588.947	(615.984)	(27.037)	(27.037)
2C Energia S.A.	6,00%	3.519	44.984	48.503	35.542	-	12.960	48.502	1.922	(2.840)	(918)	(55)
Francis Energia Ltda	99,00%	40	1.468	1.508	16	-	1.492	1.508	-	(4)	(4)	(4)
		1.431.544	4.845.717	6.277.261	1.154.238	4.460.028	662.994	6.277.260	2.851.078	(3.009.189)	(158.11)	(157.250)

Exercício findo em 31 de março de 2025												
Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial	
31 de março de 2025												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	794.315	2.087.200	2.881.515	553.618	1.740.767	587.130	2.881.515	1.727.781	(1.669.743)	58.038	58.038
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	312.695	1.387.106	1.699.801	273.329	1.399.376	27.096	1.699.801	807.904	(841.514)	(33.610)	(33.610)
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	269.624	905.989	1.175.613	306.464	774.831	94.318	1.175.613	651.446	(640.050)	11.396	11.396
2C Energia S.A.	6,00%	2.570	77	2.647	3.804	-	(1.157)	2.647	77	(6.579)	(6.502)	(1.638)
Francis Energia Ltda	99,00%	1.157	455	1.612	113	-	1.499	1.612	-	(1)	(1)	(1)
		1.380.361	4.380.827	5.761.188	1.137.328	3.914.974	708.886	5.761.188	3.187.208	(3.157.887)	29.321	34.185

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações das investidas - consolidado

Exercício findo em 31 de março de 2026												
	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial
31 de março de 2026												
CZ Energy S.A.	51,00%	19.905	-	19.905	3.487	-	16.417	19.904	1.861	(131)	1.730	683
2C Energia S.A.	6,00%	3.519	44.984	48.503	35.542	-	12.960	48.502	1.922	(2.840)	(918)	(55)
		23.424	44.984	68.408	39.029	-	29.377	68.406	3.783	(2.709)	(422)	628

Exercício findo em 31 de março de 2025												
	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial
31 de março de 2025												
CZ Energy S.A.	51,00%	24.514	-	24.514	9.437	-	15.077	24.514	202.676	(200.120)	2.556	1.303
2C Energia S.A.	6,00%	2.570	77	2.647	3.804	-	(1.157)	2.647	77	(6.579)	(6.502)	(1.638)
		27.084	77	27.161	13.241	-	13.920	27.161	202.753	(206.699)	(3.946)	(335)

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

Consolidado custo:	Construções e edificações		Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
	Equipamentos industriais													
Saldo em 31/03/2024	717.615	280.730	99.272	23.154	167.285	3.302	93.847	8.047	15.473	173.430	609.635	1.110.915	8.233	3.310.938
Adições	2.854	547	-	4.840	37.228	-	252	258	700	353.392	156.584	343.097	75	899.827
Baixas	(1.665)	(562)	-	(763)	(7.351)	-	(18)	(18)	(21)	(1.502)	(609.635)	(10.230)	(35)	(631.800)
Transferências	35.485	43.049	23.954	5.271	8.682	-	2.455	737	1.149	(122.393)	-	-	1.611	-
Saldo em 31/03/2025	754.289	323.764	123.226	32.502	205.844	3.302	96.536	9.024	17.301	402.927	156.584	1.443.782	9.884	3.578.965
Saldo em 01/04/2025	754.289	323.764	123.226	32.502	205.844	3.302	96.536	9.024	17.301	402.927	156.584	1.443.782	9.884	3.578.965
Adições	2.423	1.708	-	-	584	-	(44)	-	-	332.272	230.115	295.218	-	862.276
Baixas	(3.870)	-	-	(1.665)	(15.080)	-	(39)	(9)	(273)	-	(156.584)	-	-	(177.520)
Transferências	311.309	139.544	6.429	34.651	96.684	-	9.061	890	4.669	(610.955)	-	-	7.718	-
Saldo em 31/03/2026	1.064.151	465.016	129.655	65.488	288.032	3.302	105.514	9.905	21.697	124.244	230.115	1.739.000	17.602	4.263.721

Consolidado depreciação:	Construções e edificações		Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
	Equipamentos industriais													
Saldo em 31/03/2024	(373.278)	(85.542)	(79.779)	(18.098)	(100.441)	-	(76.689)	(3.440)	(9.618)	-	(454.957)	(371.631)	(6.982)	(1.580.455)
Adições	(52.468)	(10.539)	(19.014)	(2.987)	(28.240)	-	(5.069)	(767)	(2.134)	-	(154.677)	(183.299)	(522)	(459.716)
Baixas	814	1	-	555	7.350	-	15	9	13	-	609.635	-	35	618.427
Transferências	1	(4)	-	-	19	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2025	(424.931)	(96.084)	(98.793)	(20.530)	(121.312)	-	(81.758)	(4.198)	(11.739)	-	1	(554.930)	(7.469)	(1.421.744)
Saldo em 01/04/2025	(424.931)	(96.084)	(98.793)	(20.530)	(121.312)	-	(81.758)	(4.198)	(11.739)	-	1	(554.930)	(7.469)	(1.421.744)
Adições	(72.956)	(15.068)	(16.361)	(7.418)	(31.815)	-	(5.266)	(761)	(2.437)	-	(156.584)	(230.103)	(1.327)	(540.096)
Baixas	682	-	-	1.518	14.465	-	30	2	270	-	156.583	-	-	173.551
Transferências	-	-	-	-	1	-	(14)	-	(48)	-	-	-	61	-
Saldo em 31/03/2026	(497.205)	(111.152)	(115.154)	(26.430)	(138.661)	-	(87.008)	(4.957)	(13.954)	-	-	(785.033)	(8.735)	(1.788.289)

Saldo líquido em 31/03/2025	329.358	227.680	24.433	11.972	84.532	3.302	14.778	4.826	5.562	402.927	156.585	888.852	2.415	2.157.222
Saldo líquido em 31/03/2026	566.946	353.864	14.501	39.058	149.371	3.302	18.506	4.948	7.743	124.244	230.115	953.967	8.867	2.475.432

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia

A Companhia concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Análise do valor de recuperabilidade

De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o Grupo avaliou, no exercício findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de março de 2026, os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas

A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Imóveis	Total
Custo:					
Saldo em 31 de março de 2024	64.294	158.212	1.634.026	12.091	1.868.623
Adições de novos contratos de direito de uso	7.138	3.315	288.452	-	298.905
Remensuração	-	-	(33.722)	-	(33.722)
Transferência - cessão	-	-	(51.570)	-	(51.570)
Baixas por distratos/alterações de contratos	-	-	(45.129)	-	(45.129)
Saldo em 31 de março de 2025	71.432	161.527	1.792.057	12.091	2.037.107
Adições de novos contratos de direito de uso	9.642	-	299.586	-	309.228
Remensuração	288	-	(163.429)	-	(163.141)
Transferência - cessão	-	-	(29.318)	-	(29.318)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(8.497)	(17.676)	(102.160)	(5)	(128.338)
Saldo em 31 de março de 2026	72.865	143.851	1.796.736	12.086	2.025.538
Amortização acumulada:					
Saldo em 31 de março de 2024	(35.826)	(59.927)	(510.376)	(1.370)	(607.499)
Amortização no exercício	(10.688)	(27.925)	(153.294)	(654)	(192.561)
Baixas	-	-	587	-	587
Saldo em 31 de março de 2025	(46.514)	(87.852)	(663.083)	(2.024)	(799.473)
Amortização no exercício	(13.604)	(25.276)	(136.146)	(636)	(175.662)
Baixas	8.497	17.676	17.426	6	43.605
Saldo em 31 de março de 2026	(51.621)	(95.452)	(781.803)	(2.654)	(931.530)
Prazo (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 25	15	
Valor residual em 31 de março de 2025	24.918	73.675	1.128.974	10.067	1.237.634
Valor residual em 31 de março de 2026	21.244	48.399	1.014.933	9.432	1.094.008

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas. A nota explicativa nº 24 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Consolidado	
				31/03/2026	31/03/2025
CCB	(b)	R\$	CDI	675.261	561.640
CCB	(b)	R\$	Pré-fixada	137.050	-
CPR	(b)	R\$	CDI	750.988	178.677
CRA	(d)	R\$	CDI	668.137	658.770
CRA	(d)	R\$	IPCA	407.438	530.404
Finame	(a)	R\$	Pré-fixada	40.106	24.004
Finame	(a)	R\$	SELIC	77.648	77.407
Finame	(a)	R\$	IPCA	147.126	57.451
Finame	(a)	R\$	TR	8.488	10.701
Finem	(a)	R\$	IPCA	49.660	61.406
Leasing	(c)	USD	Pré-fixada	15.015	-
				2.976.917	2.160.460
Custos de transação				(43.702)	(49.153)
Total empréstimos e financiamentos instituições financeiras				2.933.215	2.111.307

Passivo circulante	469.758	213.635
Passivo não circulante	2.463.457	1.897.672

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 14,81% a.a. em março de 2026 e 14,68% a.a. em março 2025

- (a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento.
- (b) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2026 a 2040.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento estruturado na modalidade de arrendamento mercantil financeiro (leasing), destinado à aquisição de aeronave.
- (d) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"):

A sétima emissão ocorreu em 15 de fevereiro 2023, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 234ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 1ª emissão da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A., A oferta base correspondeu a 200.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 25%, totalizando 250.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 09 de março de 2023 (data da liquidação da operação). Foram subscritos e integralizados 200.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, qual seja, 09 de março de 2023, perfazendo o montante total de: R\$200.000, sendo que o prazo de carência é de 7 anos e a amortização ocorrerá ao final do 7º e 8º ano.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A oitava emissão ocorreu nos dias 04 e 05 de novembro de 2024, nos termos da Instrução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, da 354ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 8ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Etanol S.A.. A oferta pública de distribuição de 800.000 (oitocentos mil) certificados de recebíveis do agronegócio, todos nominativos e escriturais, da 354ª (trecentésima quinquagésima quarta) emissão da Securitizadora, em 2 (duas) séries. Foram subscritos e integralizados na primeira série 432.749 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R\$432.749.000 e, na segunda série foram subscritos e integralizados 367.251 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R\$367.251.000 sendo que o prazo de carência para ambas as séries é de 5 anos e a amortização ocorrerá ao final do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2026	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	2.976.917	475.582	329.814	498.447	373.234	417.331	882.509
Custos de transação	(43.702)	(5.824)	(5.824)	(5.785)	(5.488)	(5.460)	(15.321)
Empréstimos e financiamentos, líquido	2.933.215	469.758	323.990	492.662	367.746	411.871	867.188

31 de março de 2025	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	2.160.460	221.288	333.223	189.442	191.290	302.116	923.101
Custos de transação	(49.153)	(7.653)	(5.308)	(5.308)	(5.306)	(5.303)	(20.275)
Empréstimos e financiamentos, líquido	2.111.307	213.635	327.915	184.134	185.984	296.813	902.826

Cláusulas contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2026 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	88	1	164.763	242.233
Fornecedores internacionais de materiais e serviços	-	-	2.320	-
Fornecedores de cana-de-açúcar	-	-	64.559	95.359
Total	88	1	231.642	337.592
Passivo circulante	88	1	203.000	336.847
Passivo não circulante	-	-	28.642	745

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de março de 2026 e 2025 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 25.

A Companhia e suas controladas possuem obrigações com fornecedores relacionados à aquisição de soqueira, cujos saldos estão sujeitos à atualização financeira com base em indexadores pós-fixados. Esses saldos são atualizados conforme condições contratuais firmadas com os respectivos fornecedores.

Os encargos financeiros decorrentes dessa atualização foram reconhecidos no resultado, de acordo com a evolução do indexador até 31 de março de 2026.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.634.325	1.832.861
Total	1.634.325	1.832.861
Passivo circulante	149.415	224.414
Passivo não circulante	1.484.910	1.608.447

A movimentação do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo no início do exercício	1.832.861	1.726.258
Adições de novos contratos de arrendamento	380.988	355.395
Juros	201.874	185.484
Remensuração	(226.264)	(19.013)
Pagamentos	(389.004)	(349.071)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(166.130)	(66.192)
Saldo final	1.634.325	1.832.861
Passivo circulante	149.415	224.414
Passivo não circulante	1.484.910	1.608.447

(*) As taxas de desconto praticadas são os juros médio dos financiamentos da Companhia, exceto os finames. Sendo de 15,09% a.a. em março de 2026 e 14,83% a.a. em março 2025

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Consolidado
01/04/2027 a 31/03/2028	75.528
01/04/2028 a 31/03/2029	144.822
01/04/2029 a 31/03/2030	142.875
01/04/2030 a 31/03/2031	153.910
01/04/2031 a 31/03/2032	146.777
01/04/2032 a 31/03/2033	141.578
01/04/2033 a 31/03/2034	128.604
01/04/2034 a 31/03/2035	93.489
01/04/2035 a 31/03/2036	85.514
01/04/2035 em diante	371.813
	1.484.910

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Consolidado	
	Arrendamentos	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	550.348	217.044
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(50.907)	(20.044)
Total	499.441	196.967

21. Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Adiantamento de clientes - açúcar	195.304	303.169
Adiantamento de clientes - etanol	1.382	4.563
Adiantamento de clientes - energia	88	-
Outros	832	1.416
Total	197.606	309.148
Passivo circulante	157.939	143.154
Passivo não circulante	39.667	165.994

O grupo CMAA possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 130.200 (duzentos e dezoito mil e setecentos) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pelo CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada entre a safra 2025/26 até a safra 2027/28, mediante entrega de Açúcar VHP. Os demais saldos de adiantamento referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes de etanol, que será entregue na safra subsequente.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Perdas prováveis

Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais	Total
Saldo final em 1º de abril de 2024	883	-	158	617	1.658
Adições	1.024	6.136	-	-	7.160
Baixas	(1.460)	(3.346)	-	(617)	(5.423)
Saldo final em 31 de março de 2025	447	2.790	158	-	3.395
Saldo final em 1º de abril de 2025	447	2.790	158	-	3.395
Adições	2.700	1.565	-	1.411	5.676
Baixas	(2.755)	(4.355)	(158)	(142)	(7.410)
Saldo final em 31 de março de 2026	392	-	-	1.269	1.661

Trabalhistas

A maioria das ações de natureza trabalhista tem por principais objetos de discussão: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) pagamento de *horas in itinere* anteriores à reforma trabalhista; e (v) preenchimento de cota destinada a portadores de necessidades especiais

Ambientais

Nos processos ambientais discute-se principalmente: (i) indenização por servidão administrativa relacionada a construção de linha de energia; e (ii) indenizações em geral.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributárias

Refere-se principalmente à pedidos relacionados a Contribuição Previdenciária Sobre a Comercialização da Produção Rural (Funrural).

Cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente à pedidos de rescisões contratuais, indenizações, pagamentos de lucro cessante.

Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R\$ 28.989 em 31 de março de 2026 (R\$ 28.613 em 31 de março de 2025), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Natureza	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Ambiental	261	1.497
Cível	1.773	2.297
Trabalhista	5.056	4.215
Tributária	21.899	20.604
	28.989	28.613

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (v) pedido de responsabilidade subsidiária/ solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pelo Grupo.

Cíveis

As ações cíveis versam, em sua grande maioria, sobre discussões e revisões contratuais e ação de regresso visando o ressarcimento de auxílio previdenciário.

Ambientais

Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD/SUPRAM e/ou polícia ambiental decorrente discussão ambiental acerca de intervenção em área de preservação ambiental, supressão de bioma natural e/ou destoca de árvores esparsas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributárias

Na esfera tributária se discute em especial glosa e autos de infração lavrados pela Receita Federal, sendo os principais destaques:

- (i) Um (1) auto de infração referente à glosa da RFB (Receita Federal do Brasil) de créditos de PIS/COFINS utilizados nos anos de 2013 e 2014, referentes à cadeia não cumulativa de bens e serviços utilizados como insumos pelo Grupo e bens destinados à composição do ativo imobilizado, adquiridos no período de apuração de 2011 e 2012;
- (ii) Dois (2) autos de infração lavrados pela RFB referentes a apuração de IRRF e IOF de mútuo e adiantamento para futuro aumento de capital, todos realizados no período de apuração de 2009 a 2012.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 e 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$503.892, dividido em 1.258.415.912 ações ordinárias, nominativas, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Ações	R\$ mil	Ações	R\$ mil
Ifar Brazil Pte Ltd.	455.687.717	182.466	455.687.717	182.466
Rio Grande Investment Pte Ltd.	173.520.239	69.481	173.520.239	69.481
JF Investimentos S.A.	83.258.941	33.338	83.258.941	33.338
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	545.949.015	218.607	545.949.015	218.607
Total	1.258.415.912	503.892	1.258.415.912	503.892

Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possuía capital social autorizado.

b) Reserva de capital

Refere-se reserva especial de ágio no montante de R\$ 4.164, decorrente de aumento de capital realizado em anos anteriores.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017.

Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social até 31/12/2023.

A constituição da reserva de incentivos fiscais está condicionada à existência de lucro no exercício, após a destinação da reserva legal, e limitada ao montante das subvenções reconhecidas.

No exercício findo em 31 de março de 2026, tendo em vista a apuração de prejuízo no período, não houve constituição de reserva de incentivos fiscais. A Companhia possuía saldo constituído de R\$ 562.084, permanecendo pendente de constituição o montante de R\$ 115.219, condicionado à geração de lucros futuros.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido).

f) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro líquido, conforme ajustado, para ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia apurou prejuízo, não havendo, portanto, base para a constituição de dividendos mínimos obrigatórios.

A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 25 de abril de 2024, a qual foi registrada na JUCEMG em 29 de abril de 2024, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R\$ 80.000, referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de março de 2024, a serem creditados contra o valor do dividendo obrigatório relativo ao referido exercício. Os pagamentos foram realizados em 29 de abril de 2024.

Os dividendos foram distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Companhia.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos (consolidado)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2026	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	487.687	-	487.687	-	487.687	-
Instrumentos financeiros derivativos	135.607	-	135.607	-	135.607	-
Total	623.294	-	623.294	-	623.294	-

Ativos financeiros não- mensurados ao valor justo

Caixa e bancos	-	716	716			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	36.442	36.442			
Contas a receber com partes (nota 30)		62.503	62.503			
Arrendamentos a receber	-	445.545	445.545			
Total	-	545.206	545.206			

31 de março de 2026	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	3.977	-	3.977	-	3.977	-
Total	3.977	-	3.977	-	3.977	-

Passivos financeiros não- mensurados ao valor justo

Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	1.634.325	1.634.325			
Empréstimos e financiamentos	-	2.933.215	2.933.215			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	231.642	231.642			
Total	-	4.799.182	4.799.182			

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	467.796	-	467.796	-	467.796	-
Instrumentos financeiros derivativos	17.177	-	17.177	-	17.177	-
Total	484.973	-	484.973	-	484.973	-
Ativos financeiros não- mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	-	2.225	2.225			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	55.901	55.901			
Arrendamentos a receber	-	513.852	513.852			
Total	-	571.978	571.978			

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	21.744	-	21.744	-	21.744	-
Total	21.744	-	21.744	-	21.744	-
Passivos financeiros não- mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	1.832.861	1.832.861			
Empréstimos com partes relacionadas (nota 19)		2.111.307	2.111.307			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	-	-			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	337.592	337.592			
Total	-	4.281.760	4.281.760			

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026, em relação às divulgações de 31 de março de 2025.

Gerenciamento de riscos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2026 e 2025, o Grupo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação do Grupo são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	891	1.668	488.403	470.021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	98.946	55.901
Arrendamentos a receber	-	-	445.545	513.852
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	135.607	17.177
Total	891	1.668	1.168.501	1.056.951
Ativo circulante	891	1.668	766.408	626.609
Ativo não circulante	-	-	402.093	430.342

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições.

O Grupo não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de abril a março de cada ano calendário), o que possibilita à Companhia e suas controladas interromperem entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante e não circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais a Companhia avaliou a necessidade de constituição de perdas por redução no valor recuperável e concluiu por sua não necessidade, era a seguinte:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
A vencer	-	-	98.511	55.461
30 dias vencidos	-	-	435	440
	-	-	98.946	55.901

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de março de 2026 e 2025. A Companhia reconheceu os valores a receber de longo prazo ao seu valor presente, deduzidos das parcelas futuras referente ao valor reconhecido como juros no momento inicial da transação.

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados.

Garantias

As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis são garantidoras junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31 de março de 2026, o valor garantido totaliza R\$ 261.303 (R\$ 161.588 em 31 de março de 2025). As controladas assumirão o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Companhia para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa CDI + 4% ao ano "pro-rata dia" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

O Grupo utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.933.215	2.111.307
Empréstimos com partes relacionadas	255	-	-	-
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	-	1.634.325	1.832.861
Fornecedores e outras contas a pagar	88	1	231.642	337.592
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.977	21.744
Total	343	1	4.803.159	4.303.504
Passivo circulante	88	1	826.150	788.983
Passivo não circulante	255	-	3.977.009	3.514.521

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

Consolidado 31 de março de 2026	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	2.933.215	2.976.917	475.582	329.813	498.447	373.234	417.331	882.510
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.634.325	3.060.629	320.753	252.696	314.194	299.979	279.738	1.593.269
Fornecedores e outras contas a pagar	231.642	231.642	203.000	26.440	2.202	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.977	3.977	3.977	-	-	-	-	-
Total	4.803.159	6.273.165	1.003.312	608.949	814.843	673.213	697.069	2.475.779

Consolidado 31 de março de 2025	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	2.111.307	2.160.461	221.288	333.223	189.442	191.290	302.116	923.102
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.832.861	3.205.362	374.382	345.941	325.210	312.461	284.932	1.562.436
Fornecedores e outras contas a pagar	337.592	337.592	336.847	745	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.744	21.744	14.087	7.657	-	-	-	-
Total	4.303.504	5.725.159	946.604	687.566	514.652	503.751	587.048	2.485.538

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos consolidadas

	Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 01 de abril de 2024	1.916.551	1.726.258
Adições	1.412.182	355.395
(-) Pagamentos	(1.323.140)	(349.071)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(158.314)	-
Juros incorridos	232.751	185.484
Remensuração de contratos de arrendamento	-	(19.013)
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(66.192)
Apropriação de custo de transação	31.277	-
Saldos em 31 de março de 2025	2.111.307	1.832.861
Adições	949.625	373.762
(-) Pagamentos	(253.435)	(389.004)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(232.910)	-
Juros incorridos	350.652	201.874
Remensuração de contratos de arrendamento	-	(130.234)
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(254.935)
Apropriação de custo de transação e variação cambial	7.976	-
Saldos em 31 de março de 2026	2.933.215	1.634.324

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, o Grupo também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (Very High Polarized).

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, IPCA, TJLP e TR. A direção do Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2026. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Consolidado

Instrumentos	Exposição em 31 março de 2026	Risco	Cenários		Apreciação		Deterioração	
			Taxa	Provável	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	487.687	CDI	14,65%	71.446	17.862	35.723	(17.862)	(35.723)
Passivos financeiros								
CCB	675.261	CDI	14,65%	(98.926)	(24.731)	(49.463)	24.731	49.463
CPR	750.988	CDI	14,65%	(110.020)	(27.505)	(55.010)	27.505	55.010
CRA	668.138	CDI	14,65%	(97.882)	(24.471)	(48.941)	24.471	48.941
CRA	407.438	IPCA	3,81%	(15.523)	(3.881)	(7.762)	3.881	7.762
Finame (a)	147.126	IPCA	3,81%	(5.605)	(1.402)	(2.803)	1.402	92.803
Finame	77.646	SELIC	14,65%	(11.375)	(2.844)	(5.688)	2.844	5.688
Finame	8.488	TR	2,07%	(175)	(44)	(88)	44	88
Finem	49.660	IPCA	3,81%	(1.892)	(473)	(946)	473	946
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(269.952)	(67.489)	(134.978)	67.489	224.978

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP,, a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto ao IBGE.

(a) Os contratos da modalidade Finame e Finem foram contratados considerando o indexador TLP (taxa de longo prazo), que é composto pela variação do IPCA + taxa pré-fixada definida na assinatura do contrato.

Risco de câmbio

O Grupo está sujeito ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte de suas contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio.

Exposições a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US\$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	-	2
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	249
Termo de moedas	(118.162)	(70.493)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	118.162	70.493
Exposição líquida	7	251

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos.

Análise de sensibilidade - risco de câmbio - Consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes do seu contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2026. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2026;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenários	US\$ mil	R\$ (MTM)	Apreciação (R\$)		Deterioração (R\$)	
Instrumentos financeiros não derivativos			25%	50%	25%	50%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	37	9	18	(9)	(18)
Instrumentos financeiros derivativos						
Termo de moedas	118.162	74.626	93.282	111.938	(93.282)	(111.938)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	(118.162)	(74.626)	(93.282)	(111.938)	93.282	111.938
Impacto no resultado e patrimônio líquido	7	37	9	18	(9)	(18)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços.

Exposições a riscos de preço

A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US\$ mil e R\$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Termo de commodities US\$	(81.291)	(135.979)
Termo de commodities R\$	(336.596)	-
Termo de Etanol	(5.651)	-
Receita futura (VHP e Etanol) - Objeto de hedge	423.538	135.979
Exposição líquida	-	-

Análise de sensibilidade - risco de preço - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação de açúcar VHP baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 e de NDF de etanol baseada na curva futura de preços da B3 em 31 de março de 2026. Abaixo foram apresentados dois cenários com depreciação de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido;) o patrimônio e o resultado do exercício do Grupo, conforme descrito a seguir:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31 de março de 2026;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	USD	R\$ (MTM)	Apreciação (R\$)		Depreciação (R\$)	
			25%	50%	25%	50%
Termo de <i>commodities</i>	(417.887)	57.518	(169.813)	(343.217)	158.732	(96.701)
Termo de etanol	(5.651)	(514)	(129)	(257)	129	257
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	(423.538)	(57.004)	169.942	343.474	(158.861)	(96.444)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-

Contabilidade de hedge

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações do Grupo

O Grupo adota uma estrutura de hedge accounting de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte americano - USD), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD versus BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio), PPE (Pré Pagamento de Exportação), Opção de moeda (USD), Opção de açúcar (VHP) e derivativos como NDF (Non-Deliverable Forward), em valores e vencimentos limitados aos valores de exportação para mitigar os riscos de variação cambial.. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

	2026		2025	
	Realizado resultado	Não realizado (patrimônio líquido)	Realizado resultado	Não realizado (patrimônio líquido)
Termo de moeda e <i>commodities</i>	35.282	131.631	(18.026)	(15.624)
Exposição total	35.282	131.631	(18.026)	(15.624)
(-) IR/CS diferidos	(11.996)	(44.755)	6.129	5.312
Exposição líquida	23.286	86.876	(11.897)	(10.312)

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de hedge não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de hedge foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, o Grupo adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração do Grupo, que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração do Grupo:

Consolidado	Tipo Moeda	31/03/2026		31/03/2025	
		Nocional (US\$/R\$ mil)	Valor justo (R\$)	Nocional (US\$/R\$ mil)	Valor justo (R\$)
Swap	R\$	-	-	122.255	11.058
Termo de <i>commodities</i> – VHP	US\$	81.291	22.003	56.030	(359)
Termo de <i>commodities</i> – VHP	R\$	336.596	35.515	79.949	(6.378)
Termo de moedas	US\$	118.162	74.626	70.493	(8.888)
Termo de Etanol	US\$	5.651	(514)	-	-
Total			131.630		(4.567)
Ativo circulante			91.693		16.158
Ativo não circulante			43.914		1.019
			135.607		17.177
Passivo circulante			(3.977)		(14.087)
Passivo não circulante			-		(7.657)
			(3.977)		(21.744)

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2026	Tipo	Nocional	Consolidado						
			Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos	Acima de 5 anos
Swap	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo de commodities	US\$	81.291	22.003	21.693	310	-	-	-	-
Termo de commodities	R\$	336.596	35.515	-	35.515	-	-	-	-
Termo de moedas	US\$	118.162	74.626	62.846	11.780	-	-	-	-
Termo de etanol	US\$	5.651	(514)	(514)	-	-	-	-	-
Total			131.630	84.025	47.605	-	-	-	-

31 de março de 2025	Tipo	Nocional	Consolidado						
			Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos	Acima de 5 anos
Swap	R\$	122.255	11.058	11.058	-	-	-	-	-
Termo de commodities	US\$	56.030	(359)	1.983	(2.342)	-	-	-	-
Termo de moedas	US\$	79.949	(6.378)	(6.378)	-	-	-	-	-
NDF	US\$	70.493	(8.888)	(4.592)	(4.296)	-	-	-	-
Total			(4.567)	2.071	(6.638)	-	-	-	-

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O Grupo efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2026 e 2025, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	Consolidado	
			31/03/2026	31/03/2025
Termo de moedas e commodities	CETIP/ICE	USD	35.282	(18.026)
Receita bruta de vendas e serviços			35.282	(18.026)
Swap	CETIP	USD	(805)	(50.949)
NDF	CETIP	USD	(144)	(295)
Receitas (despesas) financeiras			(949)	(51.244)
Total			34.334	(69.269)
(-) IR/CS			(11.674)	23.552
Efeito líquido no resultado			22.660	(45.717)

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão de capital

A Companhia administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Empréstimos e financiamentos	2.933.215	2.111.307
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	1.634.325	1.832.861
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(488.403)</u>	<u>(470.021)</u>
Dívida líquida	4.079.137	3.474.147
Patrimônio líquido	645.284	705.499
Patrimônio líquido e dívida consolidada	4.724.421	4.179.646
Coeficiente de alavancagem	6,32	4,92

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	Ativo/Passivo		Resultado		Patrimônio líquido	
	31/03/2026	31/03/2025	2026	2025	31/03/2026	31/03/2025
Provisão para demandas judiciais	565	1.154	(590)	590	-	-
Provisão para perdas com estoques	1.148	1.966	(818)	(231)	-	-
Efeitos de contratos de swap	-	(3.760)	3.760	(1.561)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	314.700	206.196	108.505	74.545	-	-
Valor justo do ativo biológico	3.984	(27.395)	31.378	7.459	-	-
Efeitos de contratos de variação cambial	(189)	-	(189)	(18)	-	-
Efeitos de contratos opções	-	-	-	-	-	(2.649)
Efeitos de contratos de forward	(44.929)	5.312	-	(111)	(50.241)	6.074
Efeitos de contratos de forward etanol	175	-	-	-	174	-
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	5.118	1.161	3.956	4.089	-	-
Efeitos de depreciação incentivada acelerada	(189.241)	(113.428)	(75.813)	(113.428)	-	-
Efeito variação IFRS 16/CPC06	104.042	93.051	10.992	24.144	-	-
Outros	(1.905)	-	(1.904)	5	-	-
Líquido	193.468	164.257	79.277	(4.517)	(50.067)	3.425

- (a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social escriturado nas obrigações fiscais, deduzidos do ativo fiscal diferido constituído no período, e não registrado contabilmente é de aproximadamente R\$134.290.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Companhia levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2026 é como segue:

	Consolidado	
01/04/2027 a 31/03/2028	11.133	
01/04/2028 à 31/03/2029	25.821	
01/04/2029 à 31/03/2030	32.385	
01/04/2030 à 31/03/2031	41.239	
01/04/2031 à 31/03/2036	82.890	
	193.468	

	Controladora	
	2026	2025
Reconciliação da taxa efetiva		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(157.406)	33.972
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	53.517	(11.550)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(53)	(72)
Outros	4	(5)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.465)	11.623
Imposto de renda e contribuição social	3	(4)
Corrente	3	(4)
Diferido	-	-

	Consolidado	
	2026	2025
Reconciliação da taxa efetiva		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(236.403)	87.290
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	80.377	(29.678)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Dividendos distribuídos através de reserva de subvenção	-	(27.200)
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(53)	(72)
Outras	(1.324)	3.628
Imposto de renda e contribuição social	79.000	(53.322)
Corrente	(277)	(48.805)
Diferido	79.277	(4.517)

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.Receita líquida

As receitas operacionais do Grupo são compostas principalmente pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	Consolidado	
	2026	2025
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	884.560	1.082.621
Açúcar mercado interno	-	35.114
Açúcar mercado externo	1.496.536	1.653.704
Hedge accounting (nota 24)	35.282	(18.026)
Energia elétrica	122.559	129.863
CBIOS (i)	1.863	22.105
Outras receitas	29.048	36.134
Receita bruta	2.569.848	2.941.515
Impostos sobre vendas	(102.051)	(140.062)
Receita líquida*	2.467.797	2.801.453

(*) Receitas brutas apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos.

- (i) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, foram comercializados 31.153 mil CBIOS. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A redução significativa da receita com CBIOS no exercício findo em 31 de março de 2026 decorre, principalmente, da menor demanda por créditos de descarbonização no período.

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo

As controladas da Companhia operam principalmente no mercado de commodities e possuem diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31 de março de 2026, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras e por unidade produtora:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
26-27	285.050	171.875	137.300	594.225
27-28	150.000	100.000	100.000	350.000
	435.050	271.875	237.300	944.225

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Etanol mercado interno

As controladas da Companhia possuem compromissos firmados para venda de etanol para safras futuras, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

Anidro

	<u>Vale do Tijuco</u>	<u>Vale do Pontal</u>	<u>Total</u>
26-27	110.000	5.508	115.508
27-28	18.334	-	18.334
Total geral	128.334	5.508	133.842

Hidratado

	<u>Vale do Tijuco</u>	<u>Vale do Pontal</u>	<u>Usina Canápolis</u>	<u>Total</u>
26-27	-	65.000	35.000	100.000
27-28	-	-	-	-
Total geral	-	65.000	35.000	100.000

Energia elétrica

A controlada Vale do Pontal possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, prevê o fornecimento de 2.125.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2048, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

As controladas Vale do Tijuco e Vale do Pontal também possuem contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2027 a 2047. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

<u>Safra</u>	<u>Vale do Tijuco</u>	<u>Vale do Pontal</u>	<u>Total</u>
2026 / 2027	206.663	84.983	291.646
2027 / 2028	122.000	84.983	206.983
2028 / 2029	12.000	84.983	96.983
2029 a 2047	-	1.614.677	1.614.677
Total	340.663	1.1869.626	2.210.289

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola

As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis, possuem contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 17, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 20.

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gastos por natureza

A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2026	2025
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	(267.918)	(229.174)
Amortização do plantio	(210.270)	(167.910)
Compra de cana fornecedor na esteira	(447.868)	(664.955)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	(182.951)	(189.529)
Depreciação	(62.016)	(68.547)
Amortização de entressafra	(156.977)	(153.622)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	(345.824)	(374.203)
Custos industriais	(166.192)	(188.846)
Custo de serviços	(23.779)	(29.682)
Outros custos	(16.836)	(29.608)
Variação do valor justo de ativos biológicos	(92.289)	(21.940)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	1.500	38.724
Créditos de Descarbonização – CBIOS	5.604	(16)
Provisão (reversão) para ajuste a valor realizável líquido estoques	76	(76)
Total	(1.965.740)	(2.079.384)
	Consolidado	
	2026	2025
Despesas com vendas		
Fretes e carretos	(144.073)	(144.361)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	(7.790)	(5.058)
Comissões e consultorias	(1.313)	(5.918)
Despesas com pessoal	(9.769)	(8.957)
Outras despesas comerciais	(11.475)	(9.230)
Depreciação e amortização	(4.451)	(3.045)
Total	(178.871)	(176.569)

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2026	2025
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	(39.471)	(35.612)
Serviços de terceiros	(29.565)	(13.124)
Outras despesas administrativas	(7.607)	(17.221)
Depreciação e amortização	(7.834)	(5.075)
Total	(84.477)	(71.032)

	Consolidado	
	2026	2025
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Crédito presumido PIS e COFINS	4.786	38.193
Venda de produtos do almoxarifado	7.217	7.113
Resultado na alienação e baixa de ativos	(1.156)	116
Contingências	(4.773)	(7.357)
Multas e indenizações	(3.704)	3.420
Outras receitas e despesas	4.593	(2.176)
Baixa de arrendamentos	19.934	19.833
Outros investimentos	(54)	131
Depreciação	(2.639)	(608)
Total	24.204	58.665

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado	
	2026	2025
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(350.652)	(232.751)
IOF	(1.676)	(1.057)
Perdas com ajuste a valor justo – derivativos	(11.058)	(3.306)
Perdas efetivas - liquidação de operações -derivativos	(3.401)	(63.598)
Variação cambial passiva	(9.021)	(35.289)
Outras despesas financeiras	(55.202)	(44.022)
Juros sobre arrendamentos	(189.415)	(175.333)
Despesas bancárias / apropriação de custos de empréstimos	(7.916)	(32.413)
Total	(628.341)	(587.769)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	46.806	57.651
Ganhos com ajuste a valor justo – derivativos	-	8.223
Ganhos efetivos - liquidação de operações – derivativos	13.510	7.438
Variação cambial ativa	14.432	16.677
Outras receitas financeiras	1.878	2.811
Juros sobre arrendamentos	51.776	49.461
Total	128.402	142.261
Resultado financeiro, líquido	(499.939)	(445.508)

29. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício.

O resultado básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de lucro líquido e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Consolidado e Controladora	
	2026	2025
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(157.403)	33.968
Quantidade de ações média durante o exercício	1.258.415.912	1.258.415.912
Resultado por ação – básico e diluído (em reais)	(0,1251)	0,0270

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração do Grupo CMAA é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração são desembolsados pela parte relacionada usina Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., que durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 9.980 (R\$ 10.352 em 31 de março de 2025) e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R\$ 10.000 para o período de junho de 2026 a junho de 2027, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pela Companhia.

b) Principais saldos de transações

As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025
Ativo circulante			
<i>Contas a receber com partes relacionadas</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(iv)	2.238	2
Cz Energy Comercializadora de Etanol S.A	(v)	-	9.310
Subtotal		2.238	9.312
Ativo não circulante			
<i>Outros recebíveis com partes relacionadas</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(iii)	62.503	-
Subtotal		62.503	-
<i>Direito de uso sobre parcerias agrícolas</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(i)	145.575	214.026
Pirapitinga Participações Ltda.	(i)	76.886	19.527
Total direito de uso sobre parcerias agrícolas		222.461	233.553
Total dos ativos		287.202	242.865
Passivo circulante			
<i>Débitos com partes relacionadas</i>			
Pirapitinga Participações Ltda.	(ii)	18.876	-
Subtotal		18.876	-
Passivo não circulante			
<i>Arrendamentos e parceria agrícola a pagar</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	188.061	245.880
Pirapitinga Participações Ltda.		96.593	69.634
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		284.654	315.514
Total dos passivos		303.530	315.514
Resultado			
<i>Venda de produtos e prestações de serviços</i>			
Cz Energy Comercializadora de Etanol S.A	(v)	7.205	9.310
Subtotal		7.205	9.310
<i>Amortização do direito de uso e juros apropriados</i>			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		(42.718)	(43.920)
Pirapitinga Participações Ltda.		(16.491)	(13.732)
Subtotal		(59.209)	(57.652)

(i) Saldo referente a direito de uso sobre arrendamento de terras junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., e Pirapitinga Participações Ltda

(ii) Saldo referente a passivo de arrendamentos e cessões de parcerias agrícolas junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A e Pirapitinga Participações Ltda., que serão liquidados pelo fluxo contratual dos vencimentos.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Mútuo a receber, com incidência de juros, junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., que será liquidado mediante a disponibilidade de caixa.

(iv) Montante referente a prestação de serviços do centro administrativo, divulgada como contas a receber na nota explicativa 9.

(v) Montante referente a venda de etanol para CZ Energy, divulgada como contas a receber de etanol na nota explicativa 9.

A Companhia concede aval para suas controladas em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

A Companhia e suas controladas concedem garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

31. Informações suplementares aos fluxos de caixa

Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado	
	2026	2025
Transações que não afetaram caixa		
Direito de uso	214.125	264.488
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	29.357	71.531
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	15.502	10.597
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado – cultura permanente	7.879	8.311
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado – cultura permanente	12.458	10.150
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado – cultura permanente	1.519	15.511

32. Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, o Grupo possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	11.290
Veículos	100% Fipe
Máquinas e equipamentos diversos	307.450
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	50.000

33. Eventos subsequentes

Em 22 de abril de 2026, foi constituída a sociedade CMAA Energia Ltda., com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 30 de abril de 2026. A nova entidade é integralmente controlada pela Companhia e tem por objeto a participação em outras sociedades, atuando como veículo para o desenvolvimento e viabilização de projetos no segmento de cogeração de energia elétrica, com ênfase no aproveitamento de subprodutos do processo produtivo sucroenergético e alinhada ao plano estratégico de diversificação e expansão da Companhia.

No contexto desta estruturação, foram constituídas, em 08 de maio de 2026, quatro sociedades subsidiárias integrais controladas pela CMAA Energia Ltda., denominadas UVT 1 Geração de Energia Ltda., UVT 2 Geração de Energia Ltda., UVP 1 Geração de Energia Ltda. e UVP 2 Geração de Energia Ltda., que abrigarão a implementação dos projetos operacionais voltados à geração e comercialização de energia elétrica, todas em estágio pré-operacional.

Adicionalmente, a Companhia celebrou memorando de entendimentos para admissão do Itaú Unibanco como sócio minoritário da CMAA Energia Ltda. A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e continua em andamento, pendente do cumprimento das condições precedentes, incluindo demais aprovações regulatórias cabíveis. Está prevista a conversão subsequente da nova sociedade para S.A., sendo que o ingresso do novo acionista se dará por meio de subscrição de ações preferenciais, com o controle da subsidiária mantendo-se integralmente com a Companhia.

Em conformidade com o CPC 24 (Evento após o Período de Reporte / IAS 10), os eventos descritos acima são classificados como eventos subsequentes não ajustáveis (non-adjusting events), uma vez que decorrem de condições surgidas após a data-base das demonstrações. Por essa razão, seus efeitos patrimoniais e financeiros não estão refletidos nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelzle
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuzzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador

Eduarda Karolina de Oliveira Gonçalves
CRC/MG nº MG-133999/O

* * *